

PLUTARCO E A TRADIÇÃO CULTURAL GREGA NO IMPÉRIO

Maria Aparecida de Oliveira Silva
Pós-Doutoranda NEE/UNICAMP

RESUMO: A permanência das práticas culturais gregas em plena época romana desperta o interesse dos estudiosos da Antigüidade, em especial daqueles que procuram compreender a natureza da Segunda Sofística. A despeito das dominações militar e econômica impostas aos gregos pelos romanos, esse movimento literário espelha o vigor e a excelência da tradição cultural grega, manifestada em sua literatura, capaz de superar tais barreiras. Por esse motivo, vários estudiosos atribuem à Segunda Sofística um caráter ideológico, no qual os autores gregos desse período escreveriam somente para a divulgação e a manutenção da política imperial. Assim, neste artigo, discorreremos sobre o quanto essa análise torna-se insuficiente no caso de Plutarco, uma vez que o intuito desse autor é demonstrar a contribuição grega na formação do Império.

PALAVRAS-CHAVE: Plutarco, Roma Imperial, Segunda Sofística.

ABSTRACT: The presence of the Greek cultural practices during the Roman time provoke the interest of specialists on Antiquity, especially those who try to understand the Second Sophistic nature. In spite of the military and economical dominance imposed on the Greeks by the Romans, the Second Sophistic literary movement reflects the power and excellence of the Greek cultural tradition demonstrated in its literature that were capable to overcome such barriers. For that reason, several specialists attribute an ideological character to the Second Sophistic in which the Greek authors of that period would write just to become known and to maintain the imperial politics. In this article we demonstrate how insufficient this analysis is in the case of Plutarch, considering that his aim is to demonstrate the Greek contribution to the formation of the Empire

KEYWORDS: Plutarch, Imperial Rome, Second Sophistic.

É comum ver as classificações de movimentos, sejam artísticos ou científicos, resultarem em generalizações que nivelam a criatividade e a intenção de seus agentes. Muitos são os casos de artistas e de cientistas que se declaram não pertencer a determinadas correntes a eles atribuídas. A decantada Segunda Sofística é um exemplo dessa prática. Ao percorrer as prateleiras das bibliotecas, o que se nota em seus livros e

artigos é um grupo de estudiosos procurando acomodar todos os autores da época imperial em apenas uma linha de raciocínio. Para tal, aproximam as temáticas literárias, de forma que todos os escritos pareçam abordar o mesmo assunto, e tratam os considerados “diferentes” como breves variações de um mesmo tema. É claro que outros recursos são contados nessas classificações, tal como o estilo lingüístico, bem como a interação desses autores com a política imperial. Há ainda aqueles voltados para estudos sobre sua origem familiar, por intermédio de extensas análises prosopográficas.

Nossa crítica estende-se aos comentadores que não consideraram a pluralidade desses escritos quanto ao local em que foram produzidos, aos temas desenvolvidos em suas narrativas, às múltiplas abordagens de um mesmo autor, como é o caso de Plutarco. O ponto de contato dessas leituras da Segunda Sofística está no reconhecimento de que ela significou a retomada dos estilos e das temáticas desenvolvidas pelos autores da antiga Grécia. O retorno à tradição cultural grega, em especial à literária, é tratado como um movimento retórico, a fim de conferir estilo e verossimilhança às narrativas desses autores. Em geral, os primeiros estudiosos da Segunda Sofística classificam seus partícipes como favoráveis ou contrários à política imperial. Sob essa ótica, Jones afirma que a característica principal da Segunda Sofística é a formação de um grupo de intelectuais gregos, o qual Plutarco integra, que convive com a elite romana e participa dos quadros administrativos do Império (JONES, 1971: 38). Dessa maneira, a literatura à época imperial retrataria o interesse dos autores gregos em promover a divisão do poder com os romanos em suas cidades natais (JONES, 1971: 45).

Também para De Blois, no século II d.C., expressaram-se duas categorias de escritores gregos: a primeira seria daqueles inseridos no sistema, pois estavam diretamente envolvidos com a administração romana, como Dião Cássio e Herodiano; na segunda categoria, estariam os demais autores, centrados nos problemas locais de suas cidades (DE BLOIS, 1997: 3441). Conforme De Blois, em virtude de suas narrativas resultarem da fusão de gêneros como a história e a biografia, essas fontes teriam o mesmo estilo literário. No caso de Herodiano, este teria desenvolvido uma estrutura narrativa semelhante à de Plutarco, na qual há a glorificação da riqueza do Império e do poder central de Roma (DE BLOIS, 1997: 3415-3416).

Em Dião Cássio, por exemplo, Millar viu no conteúdo de seus escritos a complexidade dos interesses que moviam as ações e as narrativas dessa fonte. A motivação de Dião Cássio estava no fato de ter atingido o mais alto cargo no quadro político do Império, o de cônsul em Roma e também na Grécia; assim sendo, Dião pertencia às duas sociedades e por isso estava comprometido com ambas (MILLAR, 1964: 7). Na

compreensão do autor, o cuidado de Dião Cássio em demonstrar seu conhecimento da cultura grega explica-se pelo renascimento econômico das cidades gregas, que favoreceu o ressurgimento de práticas e de valores dos descendentes de Herácles no cenário político de sua época (MILLAR, 1964: 174-177), o que somente foi possível devido à formação de uma rica aristocracia que podia se comprometer com as despesas impostas a um Senador e com isso adquirir poder para pleitear favores junto ao Imperador (MILLAR, 1964: 186).

Contrariamente a Dião Crisóstomo, que seria envolvido apenas com questões políticas locais, Jones indica que, nos tratados morais de Plutarco com conteúdo político, sua preocupação está em analisar os aspectos políticos do Império de forma mais abrangente, sem deter-se a um local específico (JONES, 1978: 75). De fato, a narrativa plutarquiana oferece reflexões sobre múltiplas temáticas, como o próprio Jones notou em outra obra; na vida de Numa, por exemplo, Plutarco registrou a criação das vestais romanas, bem como o estabelecimento do castigo de ser enterrada viva aquela que não permanecesse casta (*Vida de Numa*, X, 8-10). O fato pareceria improvável aos olhos de um pesquisador rigoroso, no entanto, há referências às vestais nas cartas de Plínio. Como C. P. Jones observou, tal passagem confere atualidade ao relato plutarquiano, pois, pelo menos, até 90 d.C., foi mantida a prática de enterramento vivo da vestal como forma de punição (JONES, 1971: 22). A partir desse estudo de Jones, deduzimos o caráter diacrônico da narrativa plutarquiana, o que evidencia sua relação com o passado e o presente e, porque não dizer, com o futuro dos gregos no Império.

Vários estudiosos desviaram-se da trilha formada por aqueles que pensavam os escritos plutarquianos apenas como pró ou contra a política imperial e abriram caminho para a história cultural do Império romano. Em consequência disso, a narrativa plutarquiana passa a ser analisada como uma manifestação cultural-identitária de um grego dominado pelas armas e pela política do Império romano, que encontra em sua tradição cultural a maneira de manter-se digno diante desse quadro. A literatura à época imperial revela-se em muitos autores, como Plutarco, um meio de expressão cultural, não somente para exibir suas habilidades retóricas ou seus amplos conhecimentos, mas para que o mundo romano reconhecesse neles um povo diferenciado, culto e, principalmente, importante à sustentação política e cultural do Império.

Em muitos aspectos, a construção dessa identidade grega no Império representa a idealização de um grupo de intelectuais desprovidos de pátria no sentido geográfico e político, porém com um passado cuja pátria encontra-se eternizada em sua literatura. Referimos-nos a relatos permeados de descrições de hábitos e costumes típicos, provenientes de diferentes regiões e épocas do mundo grego. Dada essa característica

plural dos registros literários, podemos afirmar que a visão dos gregos imperiais do “ser grego” representa uma amálgama de idealizações literárias e de necessidades políticas do presente. Desse diálogo diacrônico, retiramos elementos constitutivos dessa multiforme identidade dos gregos, que nos possibilita contrastá-los com a realidade grega no Império e repensar as influências da tradição literária grega e da política imperial em seus escritos.

Nas últimas duas décadas, diversos trabalhos centrados na escrita plutarquiana têm ressaltado seu aspecto identitário. Esses estudos deixaram de lado aquele pensamento de dominação total de um povo em favor de teorias que relativizam o poder central, sugerindo formas mais sutis de resistência, como a intelectual, sem que ocorra rompimento nas relações. Dessa maneira, o poder político apresenta-se mais contrabalançado em sua distribuição, o que torna as relações entre dominadores e dominados algo mais complexo do que simples decretos imperiais a serem cumpridos, ou ainda do que uma literatura composta de discursos laudatórios. Em consequência disso, a narrativa plutarquiana passa a ser analisada como uma manifestação cultural-identitária de um grego no Império romano; assim, a literatura à época imperial revela-se em muitos autores um meio de expressão cultural.

Plutarco nasceu em 45 d.C, época em que a dominação romana já persistia por pouco mais de dois séculos na Grécia. Pertencia à elite de Queroneia, cidade da Beócia, e recebeu o título de cidadão romano, bem como cargos políticos relevantes no quadro burocrático romano; portanto, poderíamos esperar de nosso autor uma escrita permeada de elogios ou de citações aos romanos, o que não verificamos. Com efeito, vemos em Plutarco a intenção de preservar elementos culturais caros à cultura grega, tais como a literatura, a filosofia e a religião, o que pode ser interpretado como afirmação de sua identidade grega no Império. Convém lembrar que, antes de Filóstrato, Plutarco menciona a divisão da retórica de seu tempo em duas categorias: a dos advogados e a dos sofistas. Conforme Brunt, diferentemente de Filóstrato, Plutarco revela a pluralidade de suas intenções, demonstrando a multiplicidade das temáticas na produção literária greco-romana (BRUNT, 1994: 31).

No caso de Plutarco, podemos pensar a composição de sua obra como um movimento de preservação da cultura literária grega, pois a maioria das fontes citadas por ele pertence a essa tradição literária grega. Vemos no autor beócio inúmeras referências às poesias épica e lírica, às tragédias, às comédias produzidas na Grécia, em especial àquelas do período clássico. Encontramos na obra plutarquiana menção a quase todos os antigos historiadores gregos conhecidos ou não em nosso tempo. Essa postura adotada por Plutarco nos leva a pensar sobre o porquê de sua preferência pelos autores gregos do período clássico em plena época romana, inquietação que move as páginas seguintes de

nosso trabalho. Assim, mostramos como Plutarco utiliza sua escrita para firmar uma identidade grega no Império. A construção plutarquiana dessa identidade grega no Império romano apóia-se na comunhão cultural de uma comunidade etnicamente heterogênea, mas que partilha hábitos e costumes atribuídos aos antigos gregos.

Jonas Palm traça uma longa trajetória de autores gregos que escreveram no período da dominação romana. Dentre eles, o estudioso tece longos comentários sobre a escrita plutarquiana, ressaltando seu interesse em equilibrar as relações entre gregos e romanos ao elogiar a paz existente para os governantes gregos de sua época (PALM, 1959: 42-43). Contudo, Plutarco visa à estabilidade política grega no Império, sem abandonar seu regionalismo e nem o seu patriotismo cultural grego (PALM, 1959: 112). Sem a necessidade de classificar os autores gregos segundo uma corrente literária ou filosófica, Palm desperta o leitor para a análise individual dos mesmos, contribuindo para a reflexão sobre as limitações contidas nas classificações. Palm nos faz pensar na literatura como um fator de união para intelectuais de diferentes partes do Império, que estabelecem uma língua comum e práticas culturais gregas como arcabouço do ser grego no Império romano.

Entre os anos 50 e 250 d.C., reunidos em nossos dias sobre a rubrica “Segunda Sofística”, os escritores gregos, por meio de narrativas edificantes do mundo grego, intentam consolidar o espaço da cultura grega no Império. Os elementos constitutivos dessa comunidade grega no Império estariam na escrita ao estilo ático e na construção de um passado embasado na narrativa heróica de Homero e nos autores da história clássica grega, quando as cidades eram independentes (ASIRVATHAN, 2005: 107). Sem saber responder se os gregos influenciaram os romanos ou se romanos os gregos, Asirvatham identifica nos escritos de gregos e de romanos semelhanças em suas idéias. O autor exemplifica sua assertiva com o tratado plutarquiano *Sobre a Fortuna de Alexandre*, cujo conteúdo e conclusões remetem ao pensamento corrente também entre os romanos de que o rei macedônio Alexandre, o Grande, é um herói civilizador dos bárbaros (ASIRVATHAN, 2005: 112).

Sobre essa possível confluência ideológica da cultura literária grega e a romana, Paolo Desideri argumenta que, embora os intelectuais gregos tenham se tornado cidadãos romanos, isso não implica a renúncia de sua identidade, de sua civilização. Pelo contrário, Desideri vê um movimento de adequação dos romanos à cultura grega, do qual Cícero seria precursor, ao disseminar o pensamento de que os romanos teriam muito a aprender com o conceito de *humanitas* nascido na Grécia. O desenvolvimento dessa idéia ciceroniana atinge a literatura imperial como substrato do pensamento comum aos intelectuais gregos de que Grécia e Roma unidas formavam uma nova civilização. Por essa razão, Plutarco teria

composto suas *Vidas Paralelas* para demonstrar que gregos e romanos assemelhavam-se de tal maneira que pareciam um só povo (DESIDERI, 2002: 222).

Dada a diversidade desse mundo grego, Plutarco busca unificá-lo mediante a construção de uma identidade grega, apoiando-se em sua tradição literária manifestada em escritos sobre poesia, peças teatrais, narrativas históricas, discursos, diálogos filosóficos, peças de arte, práticas médicas, astronômicas, táticas de guerra, enfim, em uma infinidade de testemunhos que atestam o passado glorioso dos gregos. Plutarco, como os conterrâneos de sua época, tem consciência de pertencer a um povo detentor de uma sedimentada cultura e que, em virtude dela, a Grécia permanece viva no Império. Desde as tomadas das terras gregas pelos romanos até o segundo século de nossa era, paradoxalmente, os gregos conheceram a face dominadora dos romanos bem como seu segundo apogeu literário. Por volta de 120 d.C., inicia-se um movimento literário conhecido como Segunda Sofística, que não se restringiu a Roma, espalhando-se por diversas regiões do Império, como a Síria, o Egito, as antigas colônias gregas orientais e o sul da península itálica. Assim, percebemos a expansão de duas frentes diferenciadas: a primeira refere-se ao domínio militar romano sobre extensões de terras antes inimagináveis e a segunda trata-se do desenvolvimento da cultura grega dentro do Império.

Difícil mensurar ou pontuar os desdobramentos desse duplo crescimento, então propomos a discussão sobre o papel de Plutarco nesse cenário e, a partir das informações e reflexões desse autor, compreender as relações entre as elites provinciais e o Império e, ao mesmo tempo, entender como a tradição local persiste e resiste aos intensos projetos de romanização das províncias. A construção plutarquiana de uma identidade grega no Império revela a preservação de um sentimento de pertença ao mundo de Homero, Hesíodo, Heródoto e Tucídides, enfim, das cidades-estado. Falamos em uma identidade grega, pois, dada a natureza monolítica da cultura grega em Plutarco, as variações são colocadas no plano das habilidades técnicas; por exemplo, os atenienses são mais artísticos do que os espartanos, mas Plutarco ressalta a preferência espartana pela música, ou seja, demonstrando a face artística espartana e, dessa maneira, salientando características comuns a eles para a edificação de uma identidade grega, definida por suas práticas, não pela geografia¹.

¹ Como conclui Barbara Cassin, “simplifiquemos a discussão, como já fazia Cálicles para se contrapor a Sócrates: a diferença grego/bárbaro é fundada como diferença cultural, e não como diferença natural”. Ver Barbara Cassin. ‘Barbarizar’ e ‘Cidadanizar’ ou não se escapa de Antifonte (*Sobre a Verdade*, tradução e comentário). In: Barbara Cassin, Nicole Loraux e Catherine Pechanski. *Gregos, bárbaros e estrangeiros*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993, p. 107. Portanto, não importava a origem étnica do indivíduo, mas sim o seu conhecimento das práticas e dos costumes pertencentes à cultura grega; isso o tornava grego. A relativização geográfica do ser grego espelha a multiplicidade dos espaços nos quais os hábitos dos descendentes de Homero encontravam sua preservação. Novamente, destacamos a herança do pensamento grego do período

Como demonstra Moses Hadas, a adoção de hábitos e costumes essenciais dos gregos, o qual o autor denomina helenização, atingiu povos como saduceus e fariseus (HADAS, 1950: 131-133). Tais assertivas nos revelam a natureza atópica da comunidade grega; se pensarmos apenas na questão territorial, os hábitos e os costumes dos gregos influenciaram povos situados muito além dos limites da Grécia. Nesse sentido, a visão de Nippel sobre a formação de uma comunidade grega no Império romano, sem uma geografia definida, mas unida por suas práticas culturais, torna-se a porta de entrada para a compreensão do mundo grego no Império; acrescentamos a suas conclusões que essa comunidade também busca seu elo no passado glorioso utopicamente construído, pois muitos se diziam descendentes de Hércules. Por outro lado, Bowersock, citando Galeno, *De San. Tuend.* 1.10.17, desperta nosso olhar para a existência de divergências dentro dessa comunidade, havendo distinções entre eles, determinadas pela região de origem daquele que se auto-intitula grego (BOWERSOCK, 1995: 4).

O mundo grego aparece ao lado do romano sem que haja intercâmbio com o bárbaro; como notou Thomas Schimidt, Plutarco é quase silente sobre a organização política dos outros povos. O autor levantou que, nos tratados políticos plutarquianos², há somente duas passagens com reflexões mais consistentes sobre o universo político dos bárbaros – a saber, 780D e 826E³ – e que, nos demais, Plutarco desmoraliza os bárbaros. Assim, o autor conclui que Plutarco não trata os bárbaros como capazes de desenvolverem uma política cidadina organizada; pelo contrário, centra-se na concepção de que a política é algo característico de povos mais avançados, como gregos e romanos (SCHIMIDT, 2004: 227-228).

A considerar Jones, que atribuiu à política imperial de assimilação dos intelectuais gregos, oriundos de famílias nobres e abastadas, o lugar ocupado por Plutarco na sociedade romana (JONES, 1971: 37-38), ou Cizek, que viu nos escritos plutarquianos pensamentos conformados à política expansionista de Trajano (CIZEK, 1982: 43-44), poderíamos, à primeira vista, considerar os ditos dos romanos uma ode à pujança do Império, bem como uma propaganda da política expansionista do imperador⁴. Pelo contrário,

clássico nas reflexões plutarquianas; segundo nos mostra Asheri, a idéia de uma identidade grega colocada no plano linguístico-cultural já aparece em Heródoto e em Tucídides. Ver David Asheri. *Identità greche, identità greca*. In: Salvatore Settis (org.). *I Greci: storia, cultura, arte e società*. Torino, Einaudi, 1996, pp. 20-21.

² O autor emprega a clássica divisão feita por Ziegler, com exceção de *Sobre o exílio*, na qual os tratados morais de cunho político são: *Preceitos Políticos* (798A-825F), *Se um ancião pode participar do governo* (783A-797F), *Para um príncipe inculto* (779D-782F), *O que um filósofo deve conversar com um príncipe* (776A-779C) e *Cartas a Trajano* (VII, 183-193 Bernard), considerado espúrio.

³ As obras em pauta são *Para um príncipe inculto* (780D) e *Sobre a monarquia, a democracia e a oligarquia* (826E). Ver *To An Uneducated Ruler and On Monarchy, Democracy, and Oligarchy*. In: Plutarch. *Moralia*, tome X, transl. Harold North Fowler, Cambridge/ Massachusetts/ London, Harvard University Press, 1991.

⁴ Sobre a escrita como instrumento da propaganda imperial, Cizek interpreta a literatura da época imperial como divulgadora das idéias do *princeps* e símbolo do apogeu político, social e cultural dessa sociedade. Para o autor,

percebemos que Plutarco principia os ditos romanos com Manio Curio, côsul em 290 a.C., que derrotou Pirro, rei de Épiro, com esse dito:

Manio Curio, tendo partilhado as terras conquistadas, fora acusado de dividi-las em lotes pequenos para a maior parte da terra tornar-se pública, em resposta, disse, com convicção, que não havia nenhum romano que considerasse pouca a terra que os alimentava (Ditos de reis e de generais, 194E)⁵.

A opção plutarquiana de iniciar os ditos romanos com esse episódio de Manio Curio revela sua visão sobre a questão agrária em Roma. De acordo com a fonte, desde muito, ainda no séc. III a.C., os romanos haviam obtido terra suficiente para abastecer sua população. Ao presentear Trajano com esse presente, Plutarco iguala seus preceitos históricos e filosóficos dedicados ao Imperador a um presente valioso, digno de ser oferecido ao governante máximo de Roma. E, de maneira sutil, Plutarco exalta a tradição literária dos gregos, bem como mostra ao Imperador a contribuição intelectual dos gregos para a prosperidade de Roma.

No entanto, embora Trajano fosse o monarca supremo, Plutarco empregou o seu micro-poder, adquirido mediante as relações estabelecidas com a elite romana, para manifestar sua visão política ao imperador. Dessa maneira, Plutarco exercia seu micro-poder como parte de um poder maior cuja funcionalidade dependia de estratégias, como apontou Foucault, que englobassem essas micro-relações de poder (FOUCAULT, 1979: 249), como pode ser visto nesse dito do literato e político ateniense Demétrio de Falera:

Demétrio de Falera aconselhou o rei Ptolomeu a adquirir e a ler livros sobre assuntos régios e de comando, pois sobre o que os amigos dos reis não têm coragem de adverti-los, eles colocam nos livros (Ditos de reis e de generais, 189D).

Concluimos que esse tratado desempenhou o papel intermediário entre o Imperador e seus súditos gregos. Percebemos que Plutarco conhecia as dificuldades de comunicação entre os gregos e o imperador; com isso, emprega a literatura como instrumento de aproximação e de contato. Depreendemos ainda dessa passagem que uma audiência com o imperador romano não era facilmente obtida, por isso a obra literária teria tanta importância na relação entre os gregos e os romanos. Também ressaltamos nessas

esse tipo de literatura conforma-se à realidade de intelectuais profissionais, senadores amadores, cavaleiros e outros que elegem o gênero historiográfico para suas narrativas, destinadas à aristocracia, aos libertos, aos escravos instruídos, a alguns cidadãos plebeus romanos ou ainda a peregrinos acostumados ao círculo artístico. Ver Eugen Cizek. *La littérature et les cercles culturels et politiques à l'époque de Trajan*, ANRW, 33.1, 1989, pp. 3-35. Há um texto de Philip A. Stadter, no qual se contesta essa vertente que amplifica o raio de circulação das obras literárias no Império. Empregando as biografias plutarquianas como estudo de caso, o autor infere que Plutarco tinha em vista a elite romana esclarecida. Ver Philip A. Stadter. "Plutarch's *Lives* and their Roman Readers". In: Erik Nis Ostenfeld (ed.). *Greek Romans and Roman Greeks: Studies in Cultural Interaction*. Gylling, Aarhus University Press, 2002, pp. 123-135.

⁵ Tradução da autora a partir do original grego estabelecido por Frank Cole Babbitt, com o título em inglês: "Sayings of Kings and Commanders". In: Plutarch. *Moralia*, tome III, transl. Frank Cole Babbitt, Cambridge/Massachusetts/ London, Harvard University Press, 1961.

palavras plutarquianas a solução dos gregos para uma questão atual do Império, que é a questão da comunicação entre o centro e a periferia do poder em Roma.

Embora encontremos algumas críticas de Plutarco à política imperial em seus tratados morais, será nas biografias de homens ilustres que veremos a maioria de suas discordâncias. Nesse sentido, selecionamos três episódios nos quais notamos a crítica plutarquiana às práticas políticas dos romanos. Na vida de Públicola, há uma crítica a soma vultosa gasta por Domiciano na reconstrução do templo de Júpiter, situado no Capitólio, bem como outras obras dispendiosas de menor porte, tais como a construção de sua vila. Assim Plutarco narrou o episódio:

Este é o quarto templo construído, foi Domiciano que o edificou por inteiro e o deificou. Diz-se que Tarquínio gastou quarenta mil libras de prata em suas fundações. Os especialistas em cálculo dizem que nem toda a riqueza dos particulares romanos pagaria as despesas com o templo de nossos dias, pois este custou mais de doze mil talentos. Ocorreu que as colunas de Pentélico⁶ foram talhadas na pedra, adquirindo grande espessura e belas extensões, conforme vi em Atenas. Quando em Roma, talhou-se novamente as colunas e poliu-se outra vez sua superfície, o que resultou no estreitamento das colunas, bem como na perda da simetria, da elegância e da beleza do templo. Na verdade, os que admiram no Capitólio o luxo, se apenas vissem a casa de Domiciano ou o seu pórtico ou seus aposentos régios ou ainda o modo de vida de sua concubina lembrariam do dito de Epicarmo para um perdulário:

'Tu não és amigo dos homens. Tens doença! Dás com alegria!'

Isto é algo que é correto dizer para Domiciano: 'Não és piedoso, nem generoso. És doente. Tens alegria em construir palácios. Como Midas, que em contato com todas as coisas, em ouro e mármore as tornava'. Isto é o suficiente sobre este assunto (*Vida de Públicola*, XV, 3-5)⁷.

Nessa passagem, destacamos a crítica plutarquiana a Domiciano, comparando-o a Midas. A comparação de cunho moral aproxima o caráter ambicioso do rei cretense ao do imperador romano, denotando um arcaísmo em suas ações, como se o comportamento do imperador espelhasse um pensamento rudimentar, de uma época em que as leis eram ditadas por reis e sacerdotes, conferindo-lhes poder e prestígio ilimitados. Plutarco, ao relatar a suntuosidade das construções imperiais, revela os excessos cometidos por Domiciano, demonstrando a onipotência das ações do imperador frente aos demais cidadãos romanos. Nesse trecho, como apontam Liddel & Scott (1996, s.v.), Plutarco

⁶ Segundo notas de Bernadotte Perrin em Plutarch. *Lives*. London, Cambridge, Massachusetts: Willian Heinemann & Harvad University Press, 1988, p. 541, nota 6, Pentelico era um demo ático situado aos pés do Pentelicos, montanha com cerca de 1.080 m de altitude, que fecha a planície ateniense em seu lado noroeste, a cerca de 16 km de Atenas. Era famosa por suas jazidas de mármore. Este é de uma alvura leitosa, finamente granulada, em contraste com o mármore mais vistoso de Paros. Com o tempo ele adquire uma tonalidade castanho-dourada, que se pode ver atualmente nas colunas do Partenon. Esse mármore foi muito usado na escultura e na arquitetura de épocas mais antigas, porém, a partir do século IV a.C., passou-se a dar preferência ao pário. In: Paul Harvey. *Dicionário Oxford de Literatura Clássica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1987, s. v.

⁷ Doravante, todas as traduções das passagens das biografias plutarquianas são de responsabilidade da autora, realizadas a partir do original grego estabelecido por Bernadotte Perrin em Plutarch. *Lives*. London, Cambridge, Massachusetts: Willian Heinemann & Harvad University Press, 1988.

emprega o termo *asotós*, ou seja, pródigo, perdulário ou esbanjador, igualmente encontrado em Platão, *As Leis*, 743b, e em Aristóteles, na *Ética a Nicômaco*, 1107b12.

Conhecedor dos textos de Platão e Aristóteles, Plutarco centrou a sua avaliação da conduta de Domiciano nas palavras desses filósofos, como podemos ver no que Platão diz nas *Leis*:

um é bom e o outro não é mau enquanto for parcimonioso (não perdulário), porém inteiramente mau quando não o for, e, como dissemos, em momento algum, bom, pois enquanto um homem, pelo fato de ter lucro tanto justa quanto injustamente e não gastar nem justa nem injustamente, é rico (e o homem inteiramente mau, por ser via de regra debochado, é muito pobre), o outro, que gasta em belos objetos e só obtém ganhos por meios justos provavelmente jamais se tornará extremamente rico ou extremamente pobre. Tudo isto comprova a veracidade do que afirmamos, ou seja, que os muitos ricos não são bons e não sendo bons tampouco felizes (*As Leis*, 743b).

A temática desenvolvida pelo filósofo remete à discussão sobre a relação existente entre riqueza (*ploutos*) e virtude (*areté*). Para Platão, a falta de virtude está em pertencer a extremos, assim nem muito pobre nem muito rico. Platão encerra ainda em sua discussão a ligação entre virtude e felicidade (*eudaimonía*), ao afirmar que os homens excessivamente ricos desconheciam a felicidade. A crítica plutarquiana ao imperador, uma vez pautada na filosofia platônica, volta-se para a acumulação de tamanha fortuna, superando a riqueza particular de todos os cidadãos romanos. A desmedida do imperador, como vimos, reflete-se na comparação entre Domiciano e Midas.

Agora vejamos o escrito por Aristóteles em sua *Ética a Nicômaco*:

a *liberalidade* é um justo meio de conter-se em relação às riquezas, entendo por riqueza tudo aquilo cujo valor se pode representar com dinheiro. O bom uso das riquezas consiste em gastá-las apostamente, não em custodiá-las, donde vícios opostos serem a prodigalidade e a avareza. O liberal cuidará de seus bens não por si mesmos, mas por ter o com que beneficiar: assim, a liberalidade não consiste em dar muito, porque pode ser mais liberal quem menos dá, se provêm de patrimônio menor: a liberalidade é julgada na proporção dos cabedais. A avarecia é pior que a prodigalidade, também porque quase incurável, e mais sórdida, e mais freqüente. A idade e o apoucar dos haveres trarão o pródigo ao meio. Afim da liberalidade é a *magnificência*, que é um gastar decoroso com grandeza proporcionada a quem despense e ao fim, em coisas nobres. O magnífico atenta mais a que a obra seja digna do que a quanto custe (*Ética a Nicômaco*, 1107b).

A exemplo de Platão, Aristóteles rejeita os extremos; nesse caso, a prodigalidade (*asotía*) e a avareza (*filargyría*). Desse pensamento, retiramos a crítica de Plutarco aos atos dispendiosos do imperador, os quais desconsideram a beleza como um fim para os seus empreendimentos, mas, ao contrário, contemplando apenas o valor gasto em detrimento da estética da obra. A descrição feita das colunas e do acabamento do templo construído por Domiciano revela a intenção plutarquiana de exemplificar, por intermédio de fatos, os excessivos gastos do imperador, sem a necessidade do belo, pois o objetivo maior estava na exibição de sua riqueza pessoal.

Na biografia de Marcelo, a notória habilidade romana na construção de máquinas e artefatos bélicos é veladamente criticada por Plutarco, quando em uma determinada passagem o autor coloca nas palavras de um certo Platão sua indignação com a transformação da mecânica numa das artes militares, uma vez que a mecânica foi apartada da geometria para ser empregada nas guerras:

Porém Platão, irritado, concluiu que eles (os romanos) haviam arruinado a boa geometria, destruindo suas formas, tornando-as abstratas. Assim como se afastaram do pensável para sucumbir ao mundo dos sentidos, permanecendo com inúmeros materiais, os quais necessitavam de muitas observações e de intenso trabalho manual. Então a mecânica foi separada da geometria e, com indiferença pela filosofia, tornou-se parte das artes militares (*Vida de Marcelo*, XIV, 6).

Podemos depreender desse relato plutarquiano que os romanos faziam mau uso do conhecimento produzido pelos gregos, degenerando-o, transformando-o em meio para a obtenção de vitórias militares, descaracterizando sua natureza contemplativa dos pórticos e jardins para colocá-la no campo de batalha, retirando o conteúdo filosófico da geometria.

Na biografia de Tito Flaminino, Plutarco conta que, por duas vezes, nos Jogos Ístmicos em Corinto, os gregos receberam a liberdade e a autonomia de governantes romanos. A primeira ocorreu em 196 a.C. e foi proclamada por Tito Flaminino, enquanto a segunda sucedeu-se em 67 d.C., quando o imperador Nero participava das competições no Istmo, como vemos neste trecho:

Tito se mostrou orgulhoso de ser o libertador da Grécia. Em Delfos, o general romano dedicou escudos argênteos, o seu inclusive, com esta inscrição:

*‘Ó filho de Zeus, que se alegra com os jovens em equitação veloz,
Ó filho dos Tindáridas de Esparta, os reis descendentes,
Eu, Tito, de Enéias descendente, a vós ofereço o maior presente:
A liberdade para todos os filhos da Grécia.’*

Ele ainda consagrou a Apolo uma coroa de ouro com a seguinte inscrição:

*‘Estes (escudos) divinos, sob tranças de cabelos, quiseram depositar,
o filho de Latonia e os descendentes de Enéias, os quais carregaram para ti esta coroa de ouro. Então tu, de flechas certeiras, envies a força da glória para o divino Tito.’*

Assim, a cidade de Corinto e os helenos assistiram, há pouco e por duas vezes, ao acontecimento de um mesmo fato. Pois assim como Tito em Corinto, Nero, em nosso tempo, durante os Jogos Ístmicos, libertou os gregos, concedendo-lhes autonomia. Aquele o fez através de um arauto, como relatado, Nero libertou-os, em pessoa, na Ágora, no ponto mais alto de uma tribuna, discursou para o povo (*Vida de Flaminino*, XII, 6-8).

Em sua narrativa, vemos a manobra literária de Plutarco, ao comprovar, por intermédio de fatos, a ação demagoga de Nero. É interessante destacar a construção plutarquiana da frase: ao dizer que *toî plêthei demegóresas*, cuja tradução é “discursou para o povo”, Plutarco emprega o verbo *demagogo*, que significa “eu governo o povo”. Com isso utiliza a terminologia empregada pelos demagogos atenienses, cuja política era calcada no

uso correto da retórica em seus discursos. O paralelo estabelecido entre as ações de Flaminino e Nero confere ainda contemporaneidade ao seu relato.

Enfim, propomos analisar os escritos plutarquianos sob o enfoque do contexto social em que sua narrativa foi desenvolvida, com o fito de identificar os embates históricos e sociais presentes em sua obra. Outrossim, perscrutar em que medida as interpretações de Plutarco configuram um debate historiográfico sobre as relações sociais e históricas entre gregos e romanos. Como se pode notar em seus escritos, Plutarco assimilou a tradição literária grega, cuja tônica consistia na investigação dos fatos e na crítica das fontes. Contudo, faz-se mister estudar as comparações plutarquianas sob a perspectiva de que sua narrativa foi produzida a partir de circunstâncias experimentadas em um determinado tempo e espaço, sem olvidar o diálogo estabelecido por ele e a realidade que o circundava, marcada por sua condição de dominado, fato gerador de conflitos políticos que se refletem em muitos de seus escritos.

Como notou Momigliano em seu extenso estudo sobre a biografia antiga, o gênero biográfico atingiu notoriedade no período imperial romano por razões contraditórias. Se por um lado ele representava uma maneira de relatar a vidas dos imperadores, o que agradava os romanos, por outro desempenhava o papel de condutor de idéias políticas e filosóficas dissonantes com a ideologia imperial (MOMIGLIANO, 1974: 99-100). Acrescentamos às palavras de Momigliano a intenção plutarquiana de estabelecer a identidade cultural grega como um elemento constitutivo do Império romano.

Obras de Referência

HARVEY, Paul. *Dicionário Oxford de Literatura Clássica Grega e Latina*. Trad. Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

LIDDELL, H. G. & SCOTT, R. *Greek-English Lexicon: With a Revised Supplement*. Oxford: Clarendon Press, 1996.

PAULY-WISSOWA. *Realencyclopaëdie der classischen Altertumswissenschaft*. Stuttgart: 1951.

Fontes

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Trad. Cássio M. Fonseca. São Paulo: Atena, 1944.

PLATÃO. *As Leis, ou da legislação e epinomis*. Tradução e notas de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 1999.

PLUTARCH. *Lives*. Trad. Bernadotte Perrin. London/ Massachusetts/ Cambridge: William Heinemann e Harvard University Press, 1988.

_____. “Sayings of Kings and Commanders”. *Moralia*. vol. III. Transl. Frank Cole Babbitt. Cambridge/ Massachusetts/ London: Harvard University Press, 1961.

_____. “To An Uneducated Ruler” e “On Monarchy, Democracy, and Oligarchy”. In: Plutarch. *Moralia*, vol. X,. Transl. Harold North Fowler, Cambridge/ Massachusetts/ London: Harvard University Press, 1991.

Referências Bibliográficas

ASHERI, David. Identità greche, identità greca. In: SETTIS, Salvatore (org.). *I Greci: storia, cultura, arte e società*. Torino: Einaudi, 1996, p. 5-25.

ASIRVATHAM, Sulochana R. “Classicism and *Romanitas* in Plutarch’s *De Alexandri Fortuna aut Virtute*”. *American Journal of Philology*, vol. 126, n° 1, p. 107-123, 2005.

BOWERSOCK, Glen Warren. The Barbarism of Greeks. *Harvard Studies in Classical Philology*, vol. 97, p. 3-14, 1995.

BRUNT, P. A. The Bubble of the Second Sophistic. *Bulletin of the Institute of Classical Studies*, vol. 39, p. 25-52, 1994.

CASSIN, Bárbara. ‘Barbarizar’ e ‘Cidadanizar’ ou não se escapa de Antifonte (*Sobre a Verdade*, tradução e comentário). In: CASSIN, Bárbara; LORAUX, Nicole; PESCHANSKI, Catherine. *Gregos, bárbaros e estrangeiros*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993, p. 98-123.

DE BLOIS, Lukas. Emperor and Empire in the Works of Greek-speaking Authors of Third Century A.D. *ANRW*, II, 34.4, p. 3391-3343, 1997.

BOWERSOCK, Glen Warren. The Barbarism of Greeks. *Harvard Studies in Classical Philology*, vol. 97, p. 3-14, 1995.

CIZEK, Eugen. La littérature et les cercles culturels et politiques à l’époque de Trajan. *ANRW*, 33.1, p. 3-35, 1989.

_____. *L’époque de Trajan: circonstances politiques et problèmes idéologiques*. Bucaresti/ Paris: Editura Stiinfica si Enciclopedica, Les Belles Lettres, 1982.

DESIDERI, Paolo. The Meaning of Greek Historiography of the Roman Imperial Age. In: OSTENFELD, Erik (ed.). *Greek Romans and Roman Greeks: Studies in Cultural Interaction*. Gylling: Aarhus University Press, 2002, p. 216-224.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HADAS, Moses. Aspects of Nationalist Survival under Hellenistic and Roman Imperialism. *Journal of the History of Ideas*, vol. 11, n° 2, p. 131-139, 1950.

JONES, Christopher Prestige. *Plutarch and Rome*. Oxford: Clarendon Press, 1971.

_____. *The Roman World of Dio Chrysostom*. Cambridge/ London: Harvard University Press, 1978.

MILLAR, Fergus. *A Study of Cassius Dio*. Oxford: Clarendon Press, 1964.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *Lo sviluppo della biografia greca*. Torino: Einaudi, 1974.

PALM, Jonas. *Rom, Römertum und Imperium in der Griechischen Literatur der Kaiserzeit*. Lund: C. W. K. Gleerup, 1959.

SCHMIDT, Thomas S. Barbarians in Plutarch's Political Thought. In: DE BLOIS, Lukas; BONS, Jeroen; KESSELS, Ton and SCHENKEVELD, Dirk M. (eds.). "Volume I: Plutarch's Statesman and his Aftermath: Political, Philosophical, and Literary Aspects. Proceedings of the Sixth International Conference of the International Plutarch Society. Nijmegen/Castle Hernen, May 1-5, 2002". *Mnemosyne*, Supplementum 250, 2004, p. 227-235.

STADTER, Philip A. Plutarch's *Lives* and their Roman Readers. In: OSTENFELD, Erik (ed.). *Greek Romans and Roman Greeks: Studies in Cultural Interaction*. Gylling: Aarhus University Press, 2002, p. 123-135.

Recebido em: 09/10/2007

Aprovado em: 30/07/2008